

ANIMA apresenta novas soluções para galgos

A Sociedade Protectora dos Animais de Macau fez um último apelo ao Executivo apresentando duas hipóteses para resgate dos galgos. Além do pedido que já tinha sido feito no sentido de a ANIMA gerir o Caníndromo durante um ano para tratar do processo de adopção dos 650 galgos, a associação sugere que o Governo permita que os trabalhadores do Caníndromo lá se mantenham por mais um ano com o “único propósito” de encontrar uma nova casa para os animais de uma forma “aberta e transparente”

INÊS ALMEIDA

Naquela que diz ser a sua “última tomada de posição” sobre a situação do Caníndromo, a Sociedade Protectora dos Animais de Macau (ANIMA) apresentou duas hipóteses para o processo de adopção dos 650 galgos. Por outro lado, Albano Martins garantiu que ainda não obteve resposta ao pedido enviado a 18 de Maio com vista ao agendamento de um encontro com o Secretário para a Economia e Finanças para 17 de Junho.

Na carta endereçada desta vez ao Chefe do Executivo, Chui Sai On, pode ler-se que a ANIMA tentou “com uma campanha que já tem sete anos, salvar os galgos de Macau”. “Agradeço uma vez mais pela decisão de encerrar o Caníndromo, no entanto, precisamos do seu apoio uma última vez”.

A primeira das duas soluções apresentadas para a situação dos galgos, já anteriormente anunciada, prevê que a ANIMA fique responsável pelo Caníndromo bem como de todos os galgos, em colaboração e supervisionada pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM). A par dos seus parceiros internacionais, a ANIMA “está



FOTO ARQUIVO

pronta e disposta a aceitar a responsabilidade, financeira e logística, do cuidado e do processo de adopção de todos os galgos ainda no Caníndromo, desde que o Governo nos permita utilizar as instalações do Caníndromo durante um ano para o efeito”, lê-se numa nota enviada à TRIBUNA DE MACAU.

“Esta será a solução mais prática no sentido de lidar adequadamente com um tão grande número de cães enquanto organizamos a sua adopção e não interferiria, de forma alguma, com os planos do Governo para o novo desenvolvimento da área, uma vez que a implementação desses planos vai demorar mais de um ano de qualquer das formas”, refere o comunicado assinado por Albano Martins.

No entanto, ressalva o presidente da ANIMA, “como o Governo nunca nos respondeu ao longo destes anos, seria difícil para a ANIMA contratar funcionários, porque isto implica autorizações da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais e ter fundos para tal”.

“Estamos cientes de que o Caníndromo não tem nem os meios, nem a experiência profissional para garantir uma adopção adequada para os galgos e de que o seu muito claro objectivo é enviar os cães para a China Continental onde não há leis de protecção dos animais, onde estarão longe demais para receber ajuda da ANIMA ou do Governo de Macau”, sublinha Albano Martins.

Ao mesmo tempo, “o Caníndromo sabe há mais de dois anos que teria de fechar em Julho, no entanto, não fizeram nada durante todo este tempo para entregar os galgos inactivos ao IACM ou uma associação de protecção de animais local. Recusaram-se sempre e continuam a recusar-se a cooperar com a ANIMA para ajudar estes cães”, acusa o presidente da ANIMA.

Perante este cenário, refere Albano Martins, o “Governo não iria querer ficar manchado devido a crueldade e com a acusação de ter virado as costas a 650 cães se permitir que o Caníndromo os envie para a China”.

Por sua vez, o governo da China Continental também não gostaria de ver “os círculos de corridas de cães ilegais serem alimentados pela importação de um grande número de galgos indesejados”. “Como estes cães estão a envelhecer, vão deixar de ser competitivos e muitas cidades na China não permitem raças caninas de grande porte como animais de estimação, portan-

to, é claro que o destino destes cães na China seria trágico”.

CANÍNDROMO ABERTO SÓ PARA ADOPÇÕES

A segunda opção apresentada pela ANIMA prevê também que o Caníndromo se mantenha aberto por mais um ano com o “único propósito” de organizar os processos de adopção, “de uma forma aberta e transparente, supervisionada sempre pelo IACM e com o apoio das associações de protecção de animais locais, bem como os parceiros internacionais”.

No entanto, ressalva Albano Martins, as condições devem ser claras. “O Caníndromo não vai enviar nenhum galgo para a China ou para outro país onde não haja leis de protecção dos animais e a comunidade de Macau terá livre acesso ao complexo. O Caníndromo será completamente responsável por todos os custos relacionados com o salário dos funcionários, comida e tratamento veterinário dos galgos durante um ano, além de cooperar totalmente com as organizações de defesa dos animais para encontrar uma nova casa para os cães”.

Por outro lado, refere Albano Martins, é desejável que o Governo concorde em trabalhar a par da ANIMA e qualquer organização que defenda o bem-estar animal, bem como os parceiros internacionais, “com o objectivo de salvar todos estes galgos e passar uma mensagem de humanidade e progresso a todo o mundo, incluindo à China Continental”.

Albano Martins enviou ainda uma nota referindo que há 47 associações de protecção dos animais, grupos de campanhas e grupos de adopção da Europa e do resto do mundo que já responderam à campanha que tem como objectivo dar um novo lar aos galgos do Caníndromo, “seja garantindo o seu apoio à ANIMA e ao plano de resgate dos galgos ou comprometendo-se com encontrar lares para os cães, ou ambos”.

De recordar que a Companhia de Corridas de Galgos (Yat Yuen) publicou um texto na página do Caníndromo indicando que tinha enviado 1.000 formulários de adopção do galgos para associações de protecção dos direitos dos animais locais e que tinha havido apenas uma adopção. A ANIMA, a Masdaw e a “Furmily” garantem não ter recebido os formulários.

DICJ NÃO RECEBEU PEDIDOS DO CANÍNDROMO

A Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos (DICJ) ainda não recebeu qualquer pedido tendo em vista a prorrogação do período de utilização do Caníndromo nem o arrendamento de um espaço da Companhia de Corridas de Cavalos para colocar os galgos, garantiu ontem o Secretário para a Economia e Finanças. Lionel Leong asseverou ainda que neste momento não vê qualquer possibilidade de prolongar o período de uso.

Pedidos de fixação de residência crescem na área das finanças

Ao longo do ano passado, o IPIM aprovou 231 pedidos de fixação de residência de quadros dirigentes e técnicos especializados, registando-se um aumento do volume de requisições de pessoas da área financeira

Em articulação com o desenvolvimento futuro e com as necessidades ao nível de quadros qualificados, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) teve uma reunião com a Comissão de Desenvolvimento de

Talentos. Segundo um comunicado, no encontro, o presidente do IPIM referiu que foram aprovados através do organismo que lidera 231 pedidos de fixação de residência de quadros dirigentes e técnicos especializados sobretudo na área da educação, hotelaria e complexos turísticos,

jogo, construção civil e finanças, destacando-se sobretudo um aumento do volume de pedidos aprovados na área das finanças.

O IPIM referiu ainda que, para se adaptar às orientações políticas seguidas pela RAEM, elaborou, inicialmente, uma lista de sectores em que devem ser in-

troduzidos “talentos” com prioridade, servindo de fundamento, para, no futuro, incluir em primeiro lugar quadros qualificados do sector financeiro, das tecnologias de informação, da medicina tradicional chinesa, do mercado dos Países de Língua Portuguesa e tradução chinês-português e

do sector das convenções e exposições. O organismo promete continuar a rever e otimizar os regimes relacionados com estas áreas.

Por sua vez, membros da Comissão de Desenvolvimento de Talentos defenderam que devido ao desenvolvimento económico do território, “muito poderá ser discutido ainda” sobre as políticas de introdução de talentos, comparando-as com as que são promovidas pelas regiões vizinhas.